

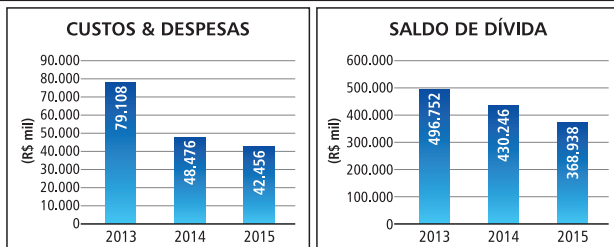


MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.
CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Relatório da Diretoria:

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.S.s os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2015 e 31/12/2014, assim como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se encontram acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

Após a reinauguração do Mineirão, transcorridos os anos de 2013 e 2014, os quais foram marcados principalmente pela realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014, período este considerado como fase de maturação e aprendizado, dada suas características únicas e inovadoras. Em 2015 a Companhia passou por perceptíveis mudanças na gestão resultando em otimizações e aumento da eficiência financeira. Com o objetivo de aumentar os resultados da Companhia, foram revisados processos e atividades, reduzidos o quadro funcional e serviços de terceiros resultando em economia para a Companhia. No ano de 2015, foram amortizados cerca de R\$ 79,484 milhões em empréstimos e financiamentos.



Ativo		Nota	2015	2014	Passivo		Nota	2015	2014	
		(Reapresentado- Nota 2.15)						(Reapresentado- Nota 2.15)		
Balanco patrimonial Em milhares de reais										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4		218	261	Fornecedores	10	3.693	4.812		
Ativo financeiro de concessão	5	125.287		119.644	Empréstimos e financiamentos	11	50.562	75.341		
Contas a receber de clientes	6	7.617		13.213	Partes relacionadas	13	6.325	6.325		
Adiantamentos a fornecedores			23	91	Obrigações e encargos trabalhistas		1.137	1.619		
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.381		3.790	Impostos e contribuições a recolher		1.496	859		
Estoques			545	556	Outras obrigações a pagar		645	1.648		
Prêmios de seguro a vencer			342	214			63.858	90.604		
			136.413	137.769	Não circulante					
Não circulante										
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	11	319.705	356.147		
Ativo financeiro de concessão	5	604.369		629.550	Tributos diferidos	12	15.272	13.818		
Contas a receber	6	9.545			Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	8.438	8.438		
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.038		8.279	Provisão para contingências	14	349	349		
Outros ativos não circulantes			249	84	Outros passivos não circulantes		1.773	7		
			623.201	637.913			345.537	378.759		
							409.395	469.363		
Imobilizado	8		4.045	4.430	Total do passivo					
Intangível	9		40.415	42.024	Patrimônio líquido	15				
			667.661	684.367	Capital social		246.405	246.405		
			804.074	822.136	Reserva de lucros		148.274	106.368		
							394.679	352.773		
							804.074	822.136		
					Total do passivo e patrimônio líquido					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de subvenção	Lucros acumulados	Total
			Reserva estatutária			
Em 1º de janeiro de 2014	246.405	3.324	26.593	59.588		335.910
Resultado abrangente do exercício					16.863	16.863
Lucro líquido do exercício					16.863	16.863
Total do resultado abrangente do exercício						
Contribuição dos acionistas					(842)	(842)
Constituição de reserva legal		842				
Transferência entre reservas					16.021	(16.021)
Total da contribuição dos acionistas		842			16.021	(16.863)
Em 31 de dezembro de 2014	246.405	4.166	26.593	75.609		352.773
Resultado abrangente do exercício					41.906	41.906
Lucro líquido do exercício					41.906	41.906
Total do resultado abrangente do exercício						
Contribuição dos acionistas					(2.095)	(2.095)
Constituição de reserva legal		2.095				
Transferência entre reservas					39.811	(39.811)
Total da contribuição dos acionistas		2.095			39.811	(41.906)
Em 31 de dezembro de 2015	246.405	6.261	26.593	115.420		394.679

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais - A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 - Pampulha, Belo Horizonte, MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo de operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto ("Estádio" ou "Mineirão") e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). **Contrato de Concessão** - O Contrato de Parceria Público Privado ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG (Poder Concedente) e a Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 que recebeu as partidas da Copa do Mundo de 2014 e irá receber as Olimpíadas de 2016. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de maio de 2016. As referidas demonstrações financeiras foram submetidas para aprovação do Conselho de Administração que irá enviar as mesmas para aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

2 Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Companhia. **CPC 46/IFRS 13** - Mensuração de valor justo: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS 9. Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para a Companhia. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo é apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4 Instrumentos financeiros - 2.4.1 Ativos financeiros - classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nos períodos apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. **2.4.2 Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração** - As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo**

amortizado - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). **2.6 Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos em geral.....	10
Móveis e utensílios.....	10
Instalações.....	10
Equipamentos de informática.....	5
Veículos.....	4

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7 Ativos intangíveis** - São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato e também as licenças de softwares. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente. **2.8 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.9 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.10 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%

Empreendimento Sustentável. Desde a reforma, várias ações de sustentabilidade foram e continuam sendo realizadas pela Minas Arena no Gigante da Pampulha, como a operação, em parceria com a Cemig, de uma Usina Solar Fotovoltaica (USF Mineirão). Reaproveitamento da água de chuva, em reservatórios de mais de 5 milhões de litros de água, reduzindo o consumo de água em até 70% no Estádio. O Complexo do Mineirão é o primeiro e único estádio do Brasil a conquistar o grau Platinum da Certificação Leed, como um empreendimento ambientalmente sustentável. Pelo segundo ano consecutivo, a empresa foi contemplada pelo Programa de Certificação pelo Compromisso com a Gestão Socioambiental Responsável (Procert), do Instituto Chico Mendes. Recebeu também em novembro de 2014, o prêmio ouro do Selo BH Sustentável, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte. Colocamos-nos à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que fizerem necessários.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016.

A Diretoria.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.			
	Nota	2015	2014
Receita	16	108.324	112.804
Custos dos serviços prestados	17	(32.071)	(33.527)
Lucro bruto		76.253	79.277
Receitas (despesas) operacionais		(10.385)	(14.949)
Despesas gerais e administrativas	17	(10.385)	(14.949)
		65.868	64.328
Lucro operacional			
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	14.180	372
Despesas financeiras	18	(37.143)	(47.152)
		(22.963)	(46.780)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		42.905	17.548
Imposto de renda e contribuição social	19	(999)	(685)
Lucro líquido do exercício		41.906	16.863
Quantidade de ações		8.214	8.214
Lucro por ação (em R\$)		5,10	2,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	41.906	16.863
Total do resultado abrangente do exercício	41.906	16.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2015	2014

	2015	2014
	(Reapresentado- Nota 2.15)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.905	17.548
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	2.311	2.311
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	34.723	36.657
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(83.147)	(62.666)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		200
Provisão para contingências		322
Tributos diferidos	1.454	197
Perda na baixa de imobilizado		84
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro de concessão	102.685	105.010
Contas a receber de clientes	(3.948)	(4.008)
Adiantamentos a fornecedores	68	(14)
Impostos e contribuições a recuperar	650	1.142
Estoques	11	(339)
Outros ativos	(293)	318
Fornecedores	(1.119)	(2.582)
Partes relacionadas		6.325
Obrigações e encargos trabalhistas	(482)	427
Impostos e contribuições a recolher	(362)	(2.229)
Outros passivos	763	(1.498)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	96.218	97.205
Juros pagos	(31.111)	(41.877)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	65.107	55.328
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(245)	(2.603)
Compras de intangível	(72)	(1.919)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(317)	(4.522)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	14.651	2.022
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(79.484)	(62.065)
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.425
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64.833)	(51.618)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(43)	(812)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	261	1.073
No final do exercício	218	261
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(43)	(812)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

do lucro tributável apurado em cada exercício. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.12 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Receita de serviços** - A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência. **(b) Receita financeira** - A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão. **2.13 Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** - As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil

MINEIRO

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **Ativo financeiro de concessão** - A Companhia reconheceu o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas. A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo. Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	47	261
Aplicações financeiras	171	
	<u>218</u>	<u>261</u>

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários ("CDB") possuem rendimentos atrelados à taxa de 75% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 31 de dezembro de 2015. Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a companhia.

5 Ativo financeiro de concessão - Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público-privada firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (Nota 1). Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio:

	2015	2014
		(Reapresentado- Nota 2.15)
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	116.762	110.990
Ativo financeiro faturado	8.525	8.654
	<u>125.287</u>	<u>119.644</u>
Não Circulante		
Ativo financeiro a faturar	604.369	629.550
	<u>729.656</u>	<u>749.194</u>

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e em 300 parcelas complementares mensais (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	2015	2014
Saldo inicial	749.194	791.538
Receita financeira	83.147	62.666
Recebimentos	(102.685)	(105.010)
	<u>729.656</u>	<u>749.194</u>

6 Contas a receber de clientes

	2015	2014
		(Reapresentado- Nota 2.15)
Contas a receber de clientes faturados	2.574	7.126
Contas a receber de clientes a faturar	15.257	6.756
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(669)	(669)
	<u>17.162</u>	<u>13.213</u>
Circulante	7.617	13.213
Não circulante	9.545	
	<u>17.162</u>	<u>13.213</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía em seu contas a receber o montante de R\$ 10.921 (2014 - R\$ 7.336) que encontravam-se vencidos, mas não *impaired*. Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2015 foi efetuada reclassificação de contas a receber no montante de R\$9.545 para o ativo não circulante, considerando a expectativa para recebimento do saldo, que encontra-se em cobrança judicial. Este saldo de contas a receber totalizava em R\$ 5.535 em 31 de dezembro de 2015.

	2015	2014
A vencer	6.171	5.887
Vencido de 1 a 29 dias	131	2.150
Vencido de 30 a 59 dias	538	557
Vencido de 60 a 179 dias	1.879	1.094
Vencido de 180 a 360 dias	6.006	1.853
Vencido há mais de 360 dias	3.106	2.351
	<u>17.831</u>	<u>13.882</u>

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2015	2014
		(Reapresentado- Nota 2.15)
PIS a recuperar	1.352	1.744
COFINS a recuperar	5.680	7.511
IRRF	4.204	2.209
Outros	183	605
	<u>11.419</u>	<u>12.069</u>
Circulante	2.381	3.790
Não circulante	9.038	8.279
	<u>11.419</u>	<u>12.069</u>

8 Ativo imobilizado

	Taxa anual de depreciação			
	2014	Adições	Baixas	Transferência
Custo				2015
Equipamentos em geral	1.164	127		1.291
Móveis e utensílios	3.529	94		3.623
Instalações	193			193
Equipamentos de informática	366	24		390
Veículos	47			47
Outros	111		(28)	83
	<u>5.410</u>	<u>245</u>		<u>5.627</u>
Depreciação acumulada				
Equipamentos em geral	10%	(141)	(128)	
Móveis e utensílios	10%	(649)	(355)	
Instalações	10%	(30)	(20)	
Equipamentos de informática	20%	(115)	(76)	
Veículos	25%	(18)	(12)	
Outras	10%	(27)	(11)	
		<u>(980)</u>	<u>(602)</u>	<u>(1.582)</u>
Imobilizado líquido		<u>4.430</u>	<u>(357)</u>	<u>4.045</u>

9 Ativo intangível

	Taxa anual de amortização			
	2014	Adições	Transferência	2015
Custo				
Softwares		188	5	193
Beneficiárias em imóveis de terceiros		44.680	67	44.775
		<u>44.868</u>	<u>72</u>	<u>44.968</u>
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(60)	(40)	(100)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4%	(2.784)	(1.669)	(4.453)
		<u>(2.844)</u>	<u>(1.709)</u>	<u>(4.553)</u>
Intangível líquido		<u>42.024</u>	<u>(1.637)</u>	<u>40.415</u>

10 Fornecedores

	2015	2014
		(Reapresentado- Nota 2.15)
Fornecedores de materiais	1.347	3.398
Fornecedores de serviços	83	53
Medições a faturar	2.263	1.361
	<u>3.693</u>	<u>4.812</u>

11 Empréstimos e financiamentos

		Encargos	
		2015	2014
Crédito industrial - BNDES	TJLP + 2,34% a.a.	358.708	394.977
Banco Itaú	CDI + 3,79% a.a.	10.000	10.000
Banco Bradesco	CDI + 3,54% a.a.	1.559	26.511
		<u>370.267</u>	<u>431.488</u>
Circulante		50.562	75.341
Não circulante		319.705	356.147
		<u>370.267</u>	<u>431.488</u>

Garantias - Os empréstimos e financiamentos foram captados em moeda nacional e estão garantidos substancialmente por: • Direito de recebimento da integralidade da receita

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

da beneficiária. • Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP. • Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

Escalonamento dos empréstimos e financiamentos - Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2015	2014
2016		37.588
2017	38.712	37.588
2018	39.545	37.588
2019 e acima	241.448	243.383
	<u>319.705</u>	<u>356.147</u>

Cláusulas restritivas - A Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento que apresenta cláusulas restritivas as quais estabelecem obrigações quanto à manutenção de índice financeiro sobre as operações contratadas (Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - ICSD) cujo descumprimento produz efeitos apenas ao que concerne à impossibilidade de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título. A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto a manutenção de índices financeiros cujo descumprimento torne automaticamente exigível o vencimento da dívida.

12 Tributos diferidos

	2015	2014
Imposto de renda	8.088	7.353
Contribuição social	2.912	2.648
	<u>11.000</u>	<u>10.001</u>
PIS	761	681
COFINS	3.511	3.136
	<u>4.272</u>	<u>3.817</u>
	<u>15.272</u>	<u>13.818</u>

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do CPC 17 - Contrato de Construção e ICPC 01 - Contrato de Concessão.

13 Partes relacionadas**(a) Passivo circulante**

	2015	2014
		(Reapresentado- Nota 2.15)
Contas a pagar		
Consortório Construtor Nova Arena	6.325	6.325
	<u>6.325</u>	<u>6.325</u>

(b) Passivo não circulante**Adiantamento para futuro aumento de capital**

	2015	2014
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	8.115	8.115
Egesa Engenharia S.A.	2	2
Hap Engenharia Ltda.	321	321
	<u>8.438</u>	<u>8.438</u>

Além dos saldos acima, que não são corrigidos monetariamente, a Companhia está aguardando deliberação de seus acionistas para eventual registro de valores a receber em montante aproximado de R\$ 18.900, contra o qual poderão vir a ser abatidos valores devidos ao Consórcio Construtor Nova Arena e montantes anteriormente recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital. **(c) Remuneração da administração** - A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas administrativas e totaliza R\$ 1.560 em 31 de dezembro de 2015 (2014-R\$ 1.577).

14 Provisão para contingência - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, segundo os assessores jurídicos, haviam processos substancialmente de natureza trabalhista com estimativa de perda provável no montante de R\$ 349, os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 1.723 (2014 - R\$ 823), referente à ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Adicionalmente, a Companhia é parte qualificada como responsável solidária em contingência relacionada a uma indevidado do RECOA, no montante de R\$ 16.180 mil, cuja probabilidade de risco avaliada pelos assessores jurídicos é de perda possível.

15 Patrimônio líquido - (a) Capital social - Capital autorizado - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão. **Capital integralizado** - O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$246.405 representado pelo valor nominal de R\$ 30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2015 e 2014, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio, S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
	<u>8.214</u>	<u>246.405</u>

(b) Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **(c) Reserva estatutária** - O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar. **(d) Reserva de subvenção** - Reserva de retenção dos valores relacionados aos aportes do Poder Público para as obras de reforma, renovação e adequação do Estádio constituída nos termos da lei aplicável. **(e) Dividendos** - Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	41.906	16.863
Constituição da reserva legal	(2.095)	(842)
Transferência para reserva de subvenção	(39.811)	(16.021)
Base de cálculo para os dividendos mínimos		
	<u>41.906</u>	<u>16.863</u>

16 Receita - A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2015	2014
Receita de operação (a)	49.865	53.754
Atualização do ativo financeiro (b)	69.814	71.389
Impostos e contribuições (c)	(11.355)	(12.339)
	<u>108.324</u>	<u>112.804</u>

(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio. (b) Refere-se à atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro. (c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e ISS (Imposto sobre Serviços).

17 Custos e despesas por natureza

	2015	2014
Pessoal	(13.124)	(13.580)
Serviços públicos	(3.658)	(2.227)
Despesa com manutenção	(13.605)	(14.885)
Serviços de terceiros	(3.824)	(7.298)
Despesas com aluguel de equipamentos	(1.529)	(1.532)
Materiais	(672)	(1.177)
Taxas	(363)	(1.033)
Depreciação e amortização	(2.311)	(2.311)
Propaganda e publicidade	(284)	(250)
Despesas tributárias	(25)	(42)
Outros	(3.061)	(4.141)
Total do custo e despesas administrativas	<u>(42.456)</u>	<u>(48.476)</u>
Custos dos serviços prestados	(32.071)	(33.527)
Despesas gerais e administrativas	(10.385)	(14.949)
	<u>42.456</u>	<u>(48.476)</u>

18 Resultado financeiro

	2015	2014
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	80	1
Juros de mora e descontos obtidos	45	25
Varição monetária ativa	13.333	
Outras receitas financeiras	722	346
	<u>14.180</u>	<u>372</u>
Despesa Financeira		
Despesas e comissões bancárias	(216)	(335)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.723)	(36.657)
Juros de mora	(149)	(530)
Varição monetária passiva	(1.318)	(8.723)
Outras despesas financeiras	(737)	(907)
	<u>(37.143)</u>	<u>(47.152)</u>

Resultado financeiro

(22.963) (46.780)

19 Imposto de renda e contribuição social**(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)**

	2015	2014
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	(4.713)	(4.285)
Passivo		
Margem de construção	10.913	10.831
Diferimento da margem de remuneração	4.800	3.455
	<u>11.000</u>	<u>10.001</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **(b) Reconciliação do resultado de imposto de renda e da contribuição social** - A reconciliação entre o resultado de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.905	17.548
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(14.588)	(5.966)
Exclusões permanentes	28.263	30.845
Adições permanentes	(2.557)	(1.098)
IR/CS sobre adições temporárias não constituídos		(177)
IR/CS sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(12.117)	(24.289)
Encargo fiscal	(999)	(685)

(c) Lei 12.973/14 - Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei no 12.973/14, tendo